

**DURVAL RAMIRES VIANNA**

**SERGIO SPARANO VITELLI**

**ESTUDO DE CASO: APLICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE  
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO EM UMA EMPRESA DE  
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA.**

Monografia apresentada ao Programa  
de Educação Continuada em  
Engenharia da Escola Politécnica da  
Universidade de São Paulo para  
obtenção de especialização em  
Engenharia.

São Paulo

2005

ESP/EST-2005  
V655e  
Sepno 1597306

MST2005g

DEDALUS - Acervo - EPMI



31700004110

VIANNA, D.R.;VITELLI, S.S. Estudo de caso: Aplicação de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho em uma empresa de serviços de conservação e limpeza. São Paulo, 2005.

114 p.

Dissertação (Monografia) – Programa de Educação Continuada em Engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

## **AGRADECIMENTOS**

**Sergio Sparano Vitelli**

Ao Engenheiro de Segurança José Luis Raymundo, pela sua contribuição diária para meu aprendizado, grande responsável pelo trabalho descrito neste estudo, cuja experiência sempre pude contar.

Ao Professor Doutor Sergio Médici de Eston, quem me abriu os horizontes da Segurança do Trabalho, e pelo prazer de tê-lo como Mestre desde a graduação.

A todos os mestres do curso, pela nobreza em que nos passaram o seu conhecimento e experiência, plantando em nós alunos, a vontade de poder discursar um dia, com a segurança de grandes conhecedores, assim como eles o fazem.

Ao meu pai, a quem eu aprendi a respeitar e conhecer melhor nos últimos anos, surpreendendo me todos os dias, e que se demonstrou pessoa de grande coração e compreensão, merecedor de grande felicidade.

A minha mãe, que mesmo tendo partido cedo, sempre terá mérito em todas as minhas conquistas por ter me ensinado valores fundamentais para a formação de meu caráter, além de ter-lhe herdado a alegria em estudar.

A todos os funcionários, auxiliares de limpeza, limpadores de vidro, jardineiros, auxiliares de serviços gerais, líderes e supervisores, a quem este estudo se destina a proteger.

## ABSTRACT

**Objective:** To explain the peculiarities of Safety and Health Management in outsourcing services and the new form to deal with, applied in a case study, with the objective to guide and to suggest instructions for a well-succeeded partnership.

**Method:** Study of case, in a conservation and cleanness company, where there was an employees growth.

**Conclusions:** A precarious situation was found, initially worried only about the fulfilling of legal requirements. There was a great difficulty in interpreting the Safety and Health legislation, consequence of the failure in meeting between the Normas Regulamentadoras and the increasing trend of outsourcing. The new team of the SESMT reorganized the elaboration form of documentations, in order to reduce the bureaucratic load and to use more time directly on prevention activities. Chemical products, ergonomic issues, and biological agents had been raised as the main risk. All the control measures were elaborated in the direction to prevent the exposition to such agents introducing training and work methodologies. The E.P.I has a prominence in such organizations, which have limitations to act in collective control measures. The control measures have been extended to the service itself, thru a standardization project, describing products and procedures, inexistent until then. The Health and Safety Management was inserted in the quality context, and the SESMT currently works in partnership with the Quality Department monitoring the implemented measures of control.

4.3.3	<u>Verificação do atendimento legal</u> .....	31
4.3.4	<u>Classificação dos Agentes de Risco</u> .....	32
<b>4.4</b>	<b><u>A Aplicação das Normas Regulamentadoras</u></b> .....	<b>34</b>
4.4.1	<u>NR-4 -SESMT</u> .....	34
4.4.2	<u>NR-5 - CIPA</u> .....	34
4.4.3	<u>NR-6 - EPI</u> .....	35
4.4.4	<u>NR-7 - PCMSO</u> .....	35
4.4.5	<u>NR-9 - PPRA</u> .....	36
4.4.6	<u>NR-15 - Atividades e Operações Insalubres</u> .....	37
4.4.7	<u>NR-17 - ERGONOMIA</u> .....	40
<b>4.5</b>	<b><u>Acções de controle</u></b> .....	<b>40</b>
4.5.1	<u>Reestruturação do PPRA</u> .....	40
4.5.2	<u>Treinamento e Capacitação</u> .....	42
4.5.3	<u>Monitoramento</u> .....	44
4.5.4	<u>EPI's</u> .....	44
4.5.5	<u>Procedimentos Operacionais</u> .....	45
<b>4.6</b>	<b><u>Sensibilizando a administração</u></b> .....	<b>45</b>
<b>4.7</b>	<b><u>A inserção da SST na Qualidade</u></b> .....	<b>46</b>
<b>4.8</b>	<b><u>Documentação</u></b> .....	<b>47</b>
4.8.1	<u>Registro do Sesmt</u> .....	47
4.8.2	<u>CIPA</u> .....	48
4.8.3	<u>PPRA</u> .....	48
4.8.4	<u>LTCAT</u> .....	49
4.8.5	<u>PPP</u> .....	49
4.8.6	<u>PCMSO</u> .....	50
4.8.7	<u>ASO</u> .....	51
4.8.8	<u>FISPO</u> .....	51
4.8.9	<u>Controle de E.P.I's</u> .....	52
4.8.10	<u>C.A's</u> .....	54
4.8.11	<u>Treinamentos e Capacitação</u> .....	54
<b>4.9</b>	<b><u>Monitoramento</u></b> .....	<b>54</b>
<b>5.</b>	<b><u>CONCLUSÃO</u></b> .....	<b>55</b>
<b>6.</b>	<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b> .....	<b>62</b>
<b>7.</b>	<b><u>CONSULTA BIBLIOGRÁFICA</u></b> .....	<b>63</b>

## LISTA DE TABELAS

<b><u>Tabela 1 – Escolaridade de amostra do setor</u></b> .....	11
<b><u>Tabela 2 – Renda familiar de amostra do setor</u></b> .....	12
<b><u>Tabela 3 – Etapas da identificação de riscos</u></b> .....	26
<b><u>Tabela 4 – Levantamento de Acidentes</u></b> .....	29
<b><u>Tabela 5 – Dados de Acidentes e Doenças</u></b> .....	30
<b><u>Tabela 6 – Estatísticas de Acidentes</u></b> .....	30
<b><u>Tabela 7 – Freqüência e uso de produtos de limpeza</u></b> .....	39

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CBO** – Código Brasileiro de Ocupação

**ASO** – Atestado de Saúde Ocupacional

**PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

**PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

**NR** – Norma Regulamentadora

**OHSAS** - Occupational Health and Safety Assessment Series

**SST** – Segurança e Saúde no Trabalho

**LTCAT** - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho

**PPP** – Perfil Profissiográfico Previdenciário

**ISO** - International Organization for Standardization

**SESMT** - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

**CNAE** – Código Nacional de Atividade Econômica

**CIPA** - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

**EPI** – Equipamento de Proteção Individual

**IBUTG** – Índice de Bulbo Úmido temperatura de Globo

**FISPQ** - Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico

**POP** – Procedimento Operacional Padrão

## 1. INTRODUÇÃO

A visão correta de se encarar a terceirização é a finalidade essencial de distribuição de atividades, garantindo as empresas a realização dos trabalhos que dizem respeito a sua finalidade e objetivo. Ou seja, uma fábrica de determinado tipo de produto ganha uma estrutura mais ágil e consegue focar seus trabalhos neste objetivo quando transfere para outras empresas ou pessoas os cuidados com limpeza, manutenção, alimentação e quaisquer outras atividades que de fato não contribuem diretamente para a obtenção do seu produto. Desta forma, as estruturas administrativas tornam-se mais enxutas e o corpo técnico da empresa passa a direcionar todos os seus esforços exclusivamente para a obtenção de produtos. O raciocínio é correto e contribui para a evolução das empresas, já que estas se tornam mais ágeis na sua atividade principal (LEIRIA, 1992). No Brasil, salvo raras e boas exceções, a idéia da terceirização tem uma visão diferente. Mais do que a preocupação com a transferência de responsabilidades e atividades indiretas, as empresas entendem a terceirização para reduzir custos, tirando dos seus quadros algumas atividades e ocupações e transferindo-as para terceiros. Nesta transição, funções que dentro das empresas eram bem remuneradas ganham um novo perfil.

Por conta de todos este processo, alguns outros fatos surgiram sequencialmente. Dentre todos eles o que mais interessa a nossa questão é a qualificação da mão de obra que boa parte destas empresas utiliza. Não é difícil de entender que para obter mais lucro e mesmo ganhar os contratos, já que o sentido da terceirização em nosso país passa primordialmente por este caminho e não pela agilidade de estruturas, razão original da mudança, alguns cortam seus custos onde é possível. Obviamente não podem cortar na qualidade dos materiais utilizados na prestação de serviços, portanto os cortes ficam direcionados aos equipamentos utilizados para a realização dos trabalhos e nos salários. A baixa remuneração acaba por trazer para este nicho de mercado mão de obra desqualificada, que se sujeita a todo tipo de trabalho devido às condições de mercado de trabalho no país e a necessidade de sobrevivência.

A busca da qualidade na prestação de serviços vai além da sua mera regularização. Isto se estende à Segurança e Saúde no Trabalho. A contratação de um preço além do mínimo pode se justificar em função desses aspectos. Na relação

condição fundamental, dentre outras, para incrementar a qualidade de um possível contrato de trabalho.

### 1.1 A Terceirização

Segundo QUEIROZ (1998), existem basicamente duas opiniões sobre a definição de terceirização: alguns autores, empresários e executivos enquadraram-na como modernismo e outros tem uma opinião mais voltada na direção de um novo modelo de gestão, algo totalmente novo no sentido teórico da administração. Apesar dos diferentes pontos de vista, as opiniões tendem a se resumir em três pontos principais: parceria, qualidade e mudança. Podemos então conceituar a terceirização como uma nova forma de administração que consiste na compra de bens e serviços especializados de forma sistêmica, para serem integrados na condição de atividade intermediária a atividade-fim da empresa contratante, permitindo a concentração dos esforços nas atividades principais, com o objetivo de aumento de qualidade, produtividade e conseqüentemente maior competitividade.

Já pela definição do Ministério do Trabalho e Emprego, a terceirização é a contratação de serviços por meio de empresa, intermediária entre o tomador de serviços e a mão-de-obra, mediante contrato de prestação de serviços. A relação de emprego se faz entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços, e não diretamente com o contratante destes.

### 1.2 O Surgimento da Terceirização

O surgimento da terceirização se deu no final da década de 40, mais precisamente em 1948, nos Estados Unidos (BAPTISTA 1997). O advogado Winters necessitava apresentar um recurso à Suprema Corte, cujo prazo estava se esgotando e que se consubstanciava em 120 laudas datilografadas, quando, repentinamente, sua secretária adoeceu, deixando-o em situação delicada e angustiada. Comentando sua desdita com um colega de profissão, este se lembrou de Mary, uma antiga secretária, que havia se casado e dedicava-se então exclusivamente ao lar. Consultada, revelou dois detalhes importantes: ter folga em suas tardes e vontade de ganhar um dinheiro extra. O recurso foi realmente elaborado e oferecido em tempo hábil. Mary recebeu

triangular ou trilateral. Salienta-se que a terceirização, fora dessas hipóteses, é considerada ilícita pela legislação trabalhista (mesmo que idônea e regularmente constituída a empresa intermediadora), formando-se a relação de emprego diretamente com a empresa contratante. Um ponto comum à terceirização, nas atividades de asseio, conservação, segurança, vigilância e de serviços especializados relacionados com as atividades-meio, é a proibição expressa de existência de personalidade e subordinação com o tomador de serviços, sendo que, constatada a presença de tais requisitos, a relação de emprego também passa a existir com este tomador. A personalidade nesse caso é ilícita, pois juridicamente o tomador contrata serviços – e não mão-de-obra – da empresa prestadora, não podendo vincular obrigatoriamente um determinado empregado dessa empresa prestadora ao serviço contratado. A subordinação do empregado só pode ser com a prestadora, pois é o prestador de serviços que contrata, demite, promove ou pune o empregado.

De acordo com o Ministério do Trabalho, tal fato não ocorre, contudo, quando o tomador for ente integrante da administração pública, diante da necessidade de aprovação prévia em concurso público, como determina a Constituição Federal. Da mesma forma, situação especial ocorre no trabalho temporário, no qual a subordinação se manifesta entre trabalhador e as empresas fornecedoras e cliente. Excluído o trabalho temporário, nos outros três casos de terceirização, não há limitação de tempo para que o trabalhador, empregado da empresa fornecedora de mão-de-obra, permaneça prestando serviços para o mesmo tomador, desde que – repita-se – inexistentes a personalidade e a subordinação com ele. Se lícita a terceirização, o prestador de serviços será empregado da empresa terceirizante, mantendo com o tomador apenas uma relação de trabalho. Se ilícita, o vínculo empregatício será formado diretamente com o tomador de serviços, que será responsável direto por todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Dessa forma, a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, o pagamento dos salários e das demais verbas a que tiver direito, bem como a aplicação de punições, ficam sempre a cargo da prestadora. Entretanto, se as obrigações trabalhistas não forem integralmente cumpridas por esta, a cliente responde de forma subsidiária pelo seu pagamento, mas apenas no período em que

### **1.5 Fatores que podem comprometer um processo de terceirização**

De acordo com DOZ (2000), o processo de parceria é desafiador até mesmo para os aliados mais dispostos. A primeira barreira difícil é a mudança da negociação para a parceria, na negociação existe um jogo de troca de informações onde quem sabe mais sobre a outra parte, poderá tirar maior proveito do negócio e ganhar mais. Já na parceria, cada parte deve compartilhar informações e bases recíprocas nas fases iniciais de uma aliança.

Segundo QUEIROZ (1998), existem alguns fatores que podem comprometer um contrato de terceirização devido às falhas administrativas da empresa contratante:

- escolha inadequada do fornecedor;
- análises inadequadas na fase do planejamento podem gerar erros de avaliação de viabilidade;
- dificuldades de equalização de culturas entre a contratante e o fornecedor;
- erros na avaliação do perfil do prestador procurado;
- problemas com a especialização necessária do fornecedor;
- dificuldades na formação da parceria;
- falta de consenso e trabalho em conjunto entre a parte comercial e a parte técnica da contratante.

### **1.6 Terceirização bem-sucedida**

Terceirizar é fácil, mas nem sempre é fácil garantir a qualidade dos serviços comprados. Muitas vezes, a terceirização é vista como uma passagem de responsabilidade a terceiros, incluída a falsa premissa de que estes terão automaticamente um desempenho satisfatório, desde que adequadamente selecionados. De acordo com observações feitas nas relações de trabalho, durante a elaboração deste estudo, na maioria dos casos pode ser até mesmo necessário treinar o fornecedor para trabalhar como parceiro e será preciso muito esforço da contratante e tempo para adaptação do contratado. Para maior eficiência no relacionamento, deve-se fazer um diagnóstico acurado das principais deficiências do terceiro e

Regulamentadoras – NR da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, pois a responsabilidade solidária também é aplicada nas questões relacionadas com a segurança e a saúde dos trabalhadores.

#### *1.7.1.1 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA*

As CIPA's deverão ser constituídas pela empresa contratada, no estabelecimento de prestação de serviços, sempre que se enquadrar no disposto na NR-5. Seus membros serão eleitos entre os empregados daquele estabelecimento e, quando a empresa for dispensada de sua constituição, designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos da NR-5, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, por meio de negociação coletiva. Havendo CIPA na empresa tomadora, os trabalhos das duas comissões poderão ser integrados.

#### *1.7.1.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO*

Toda empresa deve elaborar e implementar o PCMSO conforme disposto na NR-7. O PCMSO da empresa contratada deve considerar, obrigatoriamente, os riscos existentes no trabalho a ser realizado para a empresa tomadora. Embora a contratada possa ter um programa global, devem ser incluídas as ações relativas aos trabalhadores de cada nova frente de trabalho, em especial em caso de riscos não-previstos anteriormente. Os exames de saúde ocupacional devem ser obrigatoriamente realizados à época da admissão, periodicamente conforme previsto no PCMSO e por ocasião da rescisão do contrato de trabalho. Em todos os casos, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO deverá ser emitido em duas vias, sendo a segunda entregue ao trabalhador mediante recibo.

#### *1.7.1.3 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA*

Também é obrigatório para todas as empresas, inclusive as prestadoras de serviço e fornecedoras de mão-de-obra. Entretanto, nesses casos, devem ser sempre considerados os riscos existentes no ambiente de trabalho da empresa tomadora. Esta

- 5ª via – ao Sistema Único de Saúde – SUS;
- 6ª via – à Delegacia Regional do Trabalho.

### 1.7.2 Dificuldades inerentes ao setor

É necessário frisar, como foi dito anteriormente, que a atividade de terceirização em geral, é relativamente nova em relação à data de realização das Normas Regulamentadoras. Por este motivo, fica latente a dificuldade deste setor em adaptar-se a tais normas, agravado pela competitividade do setor que não permite a alocação de grandes recursos neste sentido.

A singularidade de um sistema de gestão em Segurança e Saúde numa empresa prestadora de serviços é consequência de vários fatores. Dentre eles, foram observados durante este estudo como os mais importantes:

#### 1.7.2.1 Nível social dos empregados

Como dito anteriormente, a natureza do trabalho de limpeza atrai naturalmente uma mão de obra com baixo grau de especialização e de educação. Segundo a análise sócio-econômica presente no estudo realizado por MAÇÃYRA (2004), no ano de 2003 a distribuição sócio-econômica de uma amostra de 341 funcionários do setor era a seguinte:

Escolaridade	Total (%)
Nunca frequentou a escola	4,1
Fundamental Incompleto	73,0
Fundamental Completo	10,9
2 grau Incompleto	6,7
2 Grau Completo	5,3

**Tabela 1 – Escolaridade de amostra do setor**

### *1.7.2.3 Heterogeneidade de atividades dos clientes*

O prestador de serviços, especialmente no setor de conservação e limpeza, pode atender uma ampla gama de ramos de atividade como hospitais, indústrias químicas, indústrias metalúrgicas, aeroportos, indústrias petrolíferas, indústrias alimentícias, condomínios corporativos, condomínios residenciais, escolas e faculdades. Esta diversidade implica em uma grande variedade de procedimentos e instalações, e uma abordagem diferenciada de cada um de seus clientes em relação a Segurança e Saúde. É natural que num aeroporto exista uma equipe, da tomadora de serviços, melhor preparada, esclarecida e preocupada em questões relativas a Segurança do Trabalho que em um condomínio corporativo, e o SESMT da prestadora de serviços deve ter a sensibilidade e conhecimento necessário para lidar com uma grande variedade de situações e ambientes. Tal sensibilidade e conhecimento são imprescindíveis e fundamentais para que haja uma cooperação mútua entre contratante e contratada. A prestadora fundamentalmente recorre à utilização de EPI's, pois não tem autonomia plena, especialmente para tomar medidas de proteção coletiva.

## **2. OBJETIVO**

O trabalho foi realizado com o intuito de abordar o tema de Segurança e Saúde sob o ponto de vista de prestadoras de serviço e sugerindo propostas capazes de validar em uma parceria por parte da prestadora e contratante, uma forma de gerenciamento para o assunto que assegure a realização de práticas que, de fato, contribuam para a prevenção de acidentes. Este trabalho apresenta um estudo de caso de uma empresa de conservação e limpeza que teve seu SESMT implementado, de acordo com a NR-4, uma vez que ultrapassou o número de 500 funcionários. Com a nova equipe, formada também por um Engenheiro de Segurança e uma Médica do Trabalho, foi elaborado um trabalho nesta empresa para estabelecer um novo modelo de Gestão de Segurança e Saúde.

Neste documento apresenta-se a condição encontrada pela nova equipe e as mudanças realizadas, mesmo que tais mudanças ainda estejam em andamento por parte da empresa. As sugestões presentes neste estudo devem resultar em melhorias

controlar os riscos, e ainda, manter uma instalação operando dentro de padrões de segurança considerados toleráveis ao longo de sua vida útil. Pela definição do glossário da EPA, pode-se entender que gerenciamento de riscos é o processo de tomada de decisão, a partir da qual são desenvolvidas ações, e estabelecendo suas prioridades de acordo com parâmetros técnicos, políticos, sociais e econômicos.

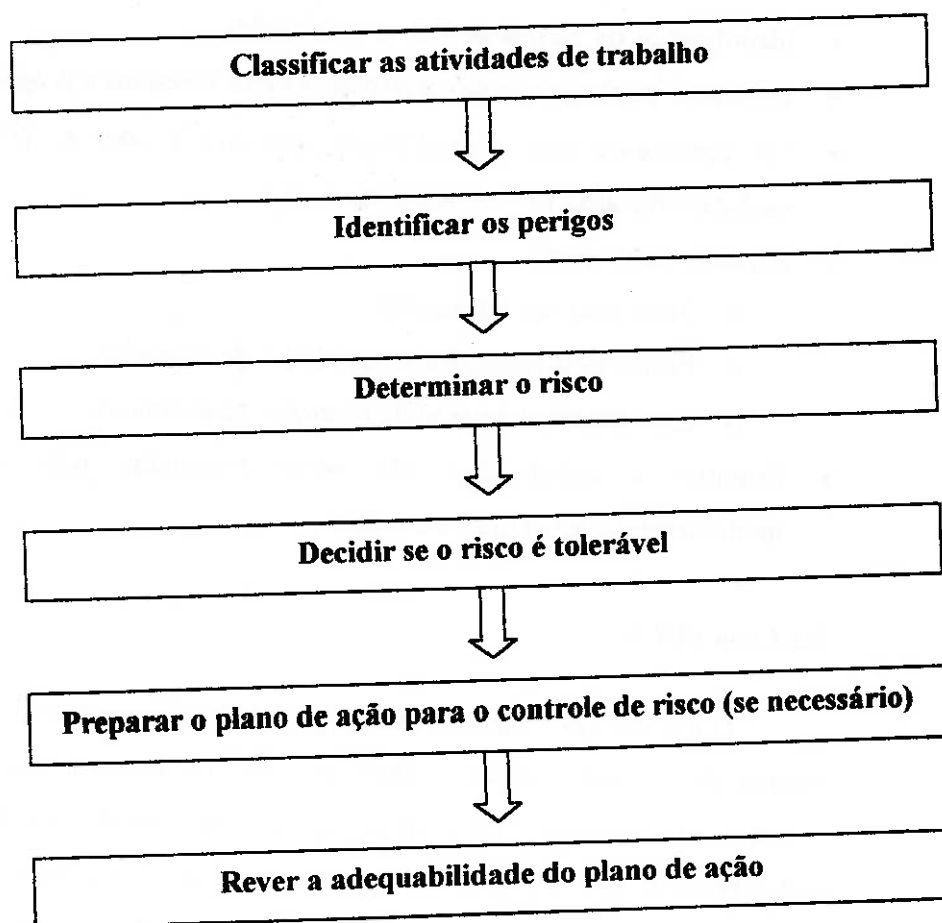
O gerenciamento de riscos é parte integrante de um Sistema de Gestão da SST, que por sua vez também se integra no Sistema de Gestão de Qualidade de toda e qualquer organização, o qual proporciona um conjunto de ferramentas que potenciam a melhoria da eficiência da SST, relacionados com todas as atividades da organização.

De acordo com as orientações das OHSAS 18001, considera-se que os aspectos a seguir referidos são alguns dos mais importantes, e que cada organização deve refletir e adequar os aspectos referidos, face às suas características e especificidades, com o propósito de definir, tornar efetiva, rever e manter a política da SST da organização, com base na qual se poderá definir e estabelecer:

- A estrutura operacional;
- As atividades de planejamento;
- As responsabilidades;
- As práticas;
- Os procedimentos;
- Os processos;
- Os recursos.

Definida a política da SST, a organização deve desenhar um sistema de gestão que englobe desde a estrutura operacional até a disponibilização dos recursos, passando pelo planejamento, pela definição de responsabilidades, práticas, procedimentos e processos, aspectos decorrentes da gestão e que atravesse horizontalmente toda a organização.

O sistema deve ser orientado para o gerenciamento dos riscos, devendo assegurar:



**Figura 1 – Etapas da identificação de riscos**

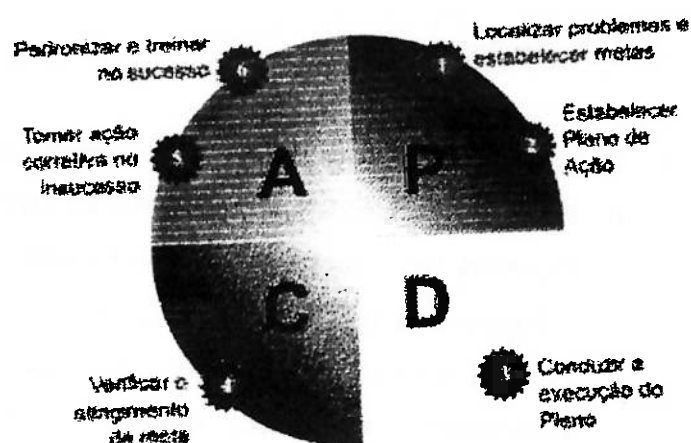
### **3.2 Metodologia de Avaliação de Riscos**

Segundo a APCER (Associação Portuguesa de Certificação), órgão reconhecido pela IQNET (International Certification Network), a metodologia mais apropriada para a avaliação de riscos, deve ser selecionada pela organização, sendo a sua profundidade e detalhe função da natureza, escala e complexidade dos riscos da organização. Contudo, esta deve:

- Ser definida com respeito ao seu campo de aplicação e natureza;
- Ser definidos prazos;
- Ser mais pró-ativa (devem preceder a introdução de atividades ou de procedimentos novos ou alterados) que reativa;
- Classificar os riscos em toleráveis e não toleráveis;

Informação, esta atividade pode corresponder aos testes, análise das informações geradas e avaliação de qualidade do sistema.

- d) **A (Action = Agir):** Fazer correções de rotas se for necessário, tomar ações corretivas ou de melhoria, caso tenha sido constatada na fase anterior a necessidade de corrigir ou melhorar processos. No caso de desenvolvimento de um Sistema de Informação, esta atividade pode corresponder aos ajustes, implementações e continuidade do sistema.



FONTE: Instituto de Desenvolvimento Gerencial (<http://www.indg.com.br/>)

**Figura 2 – O Ciclo PDCA**

### 3.4 Controle Operacional

De acordo com a Norma OHSAS, a organização deve estabelecer e manter programas de ação para assegurar a aplicação eficaz de medidas de controle, onde quer que estas sejam necessárias para controlar os riscos operacionais, para cumprir a política e os objetivos da SST e para assegurar a conformidade com os requisitos legais e outros requisitos.

O Sistema de Gestão SST requer que a organização identifique e implemente o controle necessário para assegurar a operacionalização da política e monitorizar o desempenho face aos objetivos (essencialmente no que diz respeito à legislação e outros requisitos, à melhoria contínua e à prevenção). O controle operacional está estritamente relacionado com os riscos (mais críticos) e com a política, os objetivos e

desempenho do Sistema de Gestão, não devendo ser confundidas com inspeções da SST ou com outras inspeções de segurança. A organização deve promover auditorias internas periódicas, para determinar se o Sistema de Gestão da SST está conforme os requisitos da Norma OHSAS e efetivamente implementadas e mantidas.

A organização deve planejar um programa de auditorias, tendo em consideração a posição e importância das atividades e áreas a auditar bem como resultados de auditorias anteriores. O âmbito da auditoria, frequência e metodologias devem ser definidos. As auditorias devem ser conduzidas por pessoal independente das atividades a auditar. Um procedimento documentado deve incluir as responsabilidades e requisitos para a condução de auditorias, assegurar a sua independência e registro de resultados. A organização deve implementar oportunamente as ações corretivas, perante as deficiências encontradas no decorrer da auditoria.

As ações de seguimento devem incluir a verificação e implementação de ações corretivas, e registros da verificação dos resultados. As auditorias são realizadas de acordo com um programa com o propósito de avaliar periodicamente a eficácia do Sistema de Gestão da SST, face às disposições planejadas (incluindo os requisitos da presente norma) e implementadas.

Ao estabelecer o(s) programa(s) de auditorias a organização deve:

- Basear-se na criticidade das áreas;
- Indicar a frequência;
- Indicar as responsabilidades da gestão e condução das auditorias internas;
- Ajustar o programa aos resultados das auditorias anteriores;
- Contemplar a comunicação dos resultados à direção.

O(s) procedimento(s) para a realização das auditorias podem incluir:

- O âmbito da auditoria;
- A frequência;
- As metodologias;
- As competências;
- As responsabilidades pela realização;

## 4. ESTUDO DE CASO: Terceirização em conservação e limpeza

### 4.1 A empresa

A empresa utilizada na realização deste estudo de caso atua no setor de conservação e limpeza sob o código CNAE 74.70-5. Em um breve espaço de tempo, conseguiu duas grandes novas parecerias, e elevou seu quadro de funcionários, antes inferior a 500, para 736 funcionários.

#### 4.1.1 O SESMT

Seguindo a recomendação da NR-4, e de acordo com o Grau de Risco 3 da atividade, o SESMT que antes era composto por 2 técnicos de segurança, passou a ser formado por:

- 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho, em tempo parcial mínimo de 3 horas diárias;
- 1 Médico do Trabalho, em tempo parcial mínimo de 3 horas diárias;
- 3 Técnicos de Segurança em período integral.

Dentre as tarefas desta equipe, está a de elaborar ou revisar mais de 80 PPRA's por ano, relacionados a todos os locais onde seus serviços são tomados, o que corresponde a praticamente um PPRA a cada três dias. Entende-se que a função destes profissionais seja o de tornar eficiente a prevenção de acidentes e a melhoria da qualidade de vida no trabalho, no entanto, boa parte de seu tempo disponível, limitava-se a realização de grande volume de documentação, desviando-se de sua real função, e tornando a gestão pouco eficiente, preocupada especialmente em preencher requisitos legais.

Diante de tal implementação do SESMT e das dificuldades encontradas, foi elaborada uma estratégia de gestão diferenciada para a empresa, uma vez que apesar do grande número de funcionários, o setor tem peculiaridades inerentes, que dificultam a abordagem clássica de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho.

utilizando vassouras, rodos, mop, baldes, pá, escovas, panos, pulverizadores ou com auxílio de máquinas como aspiradores de pó, varredeiras, máquinas lavadoras e extratoras, enceradeiras, entre outros.

#### **4.3 Nova abordagem de SST**

Seguindo os passos descritos nas Normas OHSAS 18001, a primeira etapa realizada para implementar a nova abordagem de SST foi a de planejamento. O primeiro passo realizado pela equipe nesta etapa, foi uma fotografia da situação encontrada. Neste estágio, procurou-se identificar os riscos, afim de posteriormente estabelecer prioridades no controle destes riscos. Tal etapa foi realizada nos dois primeiros meses e fundamentou-se nos seguintes passos:

#### **4.3.1 Levantamento das Condições de Trabalho nos Setores**

Na primeira etapa, os técnicos atentaram individualmente para os seguintes tópicos:

- Descrição da ocupação;
- Descrição das atividades individuais exercidas no setor;
- Descrição do ambiente do trabalho;
- Duração de cada tipo de serviço;
- Materiais e produtos utilizados;
  - o Frequência de uso;
  - o Forma de uso.
- Equipamentos utilizados;
  - o Frequência de uso;
  - o Forma de uso.
- Agentes de Risco (PASSO 4);
- Tempo de exposição à agente de risco, quando aplicável;
- Utilização de EPI's;
  - o Forma de utilização de EPI's;
  - o Condições de uso dos EPI's;
- Condições e uso de uniformes.

As seguintes observações foram feitas durante esta etapa:

- A. As condições de trabalho foram avaliadas de acordo com o estabelecido no PPRA. Porém, observou-se que ocorre pontualmente desvio de função por pedido informal do contratante. Nesses casos era requisitado ao funcionário por parte de representante do cliente que realizasse tarefa não prevista, como trocar lâmpadas, carregar equipamentos, carregar caixas e até mesmo operar equipamentos que necessitavam de capacitação específica. Tais pedidos eram prontamente atendidos, sem uma avaliação prévia de capacitação ou recursos disponíveis;

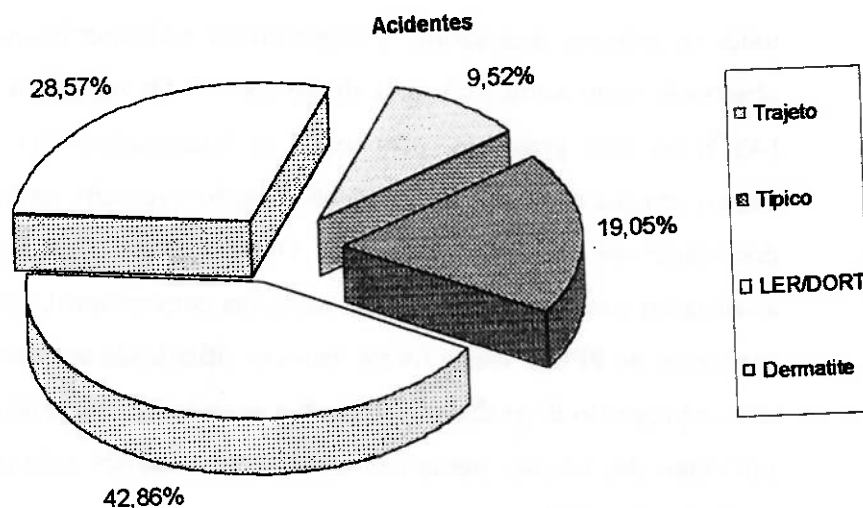
- I. Foram constatados 6 casos de dermatite de contato, causadas pela própria luva de látex utilizada, sem que tais casos tivessem sido informados previamente ao SESMT;
- J. Posteriormente à diluição dos produtos, raramente era identificada a embalagem que continha o produto diluído.

#### 4.3.2 Levantamento dos Históricos de Afastamentos por Acidente e Doença

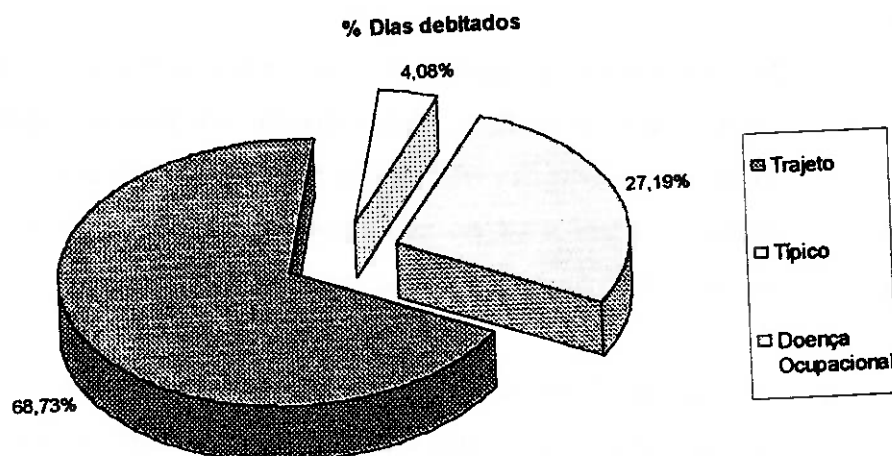
No segundo passo foi realizado o levantamento das estatísticas de afastamento dos funcionários. Tivemos as seguintes situações:

	ACIDENTE	DESCRIÇÃO	AFASTAMENTO
1	Corte Contuso	Lesão com corte na mão ocasionada por perda de controle de máquina lavadora e extratora	10 dias
2	Queda	Sem lesões, ocorrida durante a troca de roupa para ir para casa.	1 dia
3	Queda	Ocorrida por desmaio, ocasionada por baixa de pressão sanguínea.	1 dia
4	Corte Contuso	Lesão com corte no pé, ocasionada por ter pisado em prego com calçado de segurança sem palmilha de aço.	15 dias
5	LER/DORT	Escondeu a lesão durante meses para não permanecer afastada em casa, pois o marido era alcoólatra e violento.	60 dias, sem previsão de retorno, devido à cirurgia.
6	LER/DORT	Limpeza de 4 andares de mesas com pano úmido.	30 dias
7	Trajeto	Atropelamento na saída do trabalho.	Previsão de 90 dias.
8	Trajeto	Foi atingido por projétil na mão, durante assalto.	1 ano

Tabela 4 – Levantamento de Acidentes



**Figura 3 – Histórico de Acidentes no ano.**



**Figura 4 – Dias debitados no ano**

#### **4.3.3 Verificação do atendimento legal**

Na terceira etapa, nem todos os itens relacionados ao atendimento legal foram satisfeitos, isto é, parte da documentação estava desatualizada ou faltante. No entanto, sob o ponto de vista prevencionista, a documentação existente muito pouco contribuiu para a sua eficácia. Os PPRA's, por exemplo, encontravam-se atualizados, apesar da dificuldade em se consultar toda a documentação e o desconhecimento generalizado, pela falta de comunicação, do cronograma de ações. Assim como os PCMSO's que também estavam atualizados, mas não faziam observações quanto a

- Desengraxantes;
- Limpa-carpete;
- Desodorizador;
- Amoníaco;
- Polidor de metais;
- Removedores;
- Lustra-móveis;
- Herbicidas;
- Outros produtos indicados por cliente.

**Agentes Físicos** – Os agentes físicos observados em campo pela equipe nas observações de campo são os seguintes:

- Ruído;
- Iluminância;
- Conforto Térmico;
- Umidade.

**Agentes Biológicos** – Os agentes biológicos encontram-se no recolhimento de lixo, com exceção de lixo seco (papéis, jornais, plásticos, etc...) e durante a limpeza dos sanitários.

**Agentes Ergonômicos** – Foram considerados agentes ergonômicos, o procedimento durante a realização do trabalho, a postura durante a execução da tarefa, a frequência dos movimentos, o método de operação de máquinas, e o peso, na ocasião de levantamento de cargas.

**Agentes de Acidentes** – Foram considerados agentes de acidentes, aqueles que podem gerar:

- Lesões;
- Cortes;
- Contusões;

setores, existe uma integração da CIPA da empresa com a CIPA dos funcionários da tomadora de serviços. Tal integração seria mais apropriada e eficiente na identificação e solução de problemas ligados à Segurança do Trabalho, diante da limitação em tomar medidas de proteção coletiva por parte da contratada.

#### **4.4.3 NR-6 – EPI**

A utilização de EPI's é uma das poucas formas de proteção que a prestadora de serviços pode contar. Por este motivo, foi observada a importância não apenas na escolha do EPI correto para uma certa atividade, mas também capacitar os trabalhadores na utilização e manutenção dos mesmos. Além disso, é importante salientar a importância em realizar o controle, por parte da contratada, de entrega dos equipamentos de proteção individual, documento que deve ser também fiscalizado pela tomadora. A empresa prestadora de serviços é quem deve distribuir gratuitamente e tornar obrigatório o uso de EPI's adequados aos riscos a que estarão expostos seus trabalhadores. As medidas de proteção coletiva só podem ser sugeridas pela contratada, e a possibilidade em implementar tais medidas é da empresa tomadora de serviços. A comunicação constante, para o estabelecimento da necessidade e adequação dos EPI's, não é observada em todas as parcerias, exigindo mais atenção por parte da prestadora nos casos em que a comunicação é insuficiente.

#### **4.4.4 NR-7 - PCMSO**

No caso da empresa em questão, O PCMSO é elaborado por uma empresa especializada. Esta, elabora um PCMSO para cada unidade, baseando-se nas informações documentadas os respectivos PPRA's. É importante, portanto, que o PPRA seja elaborado da melhor forma possível, no sentido de minimizar problemas na interpretação por parte dos responsáveis pela elaboração do PCMSO.

O documento concluído passou a ser auditado pela Médica do Trabalho do SESMT da empresa em estudo. Quando algum desvio é identificado, o documento é devolvido para os responsáveis pela sua elaboração, para as devidas correções.

elaborar estes documentos, para que não se cumpra apenas uma formalidade legal, mas que tais documentos contribuam para sua finalidade, que é a de identificar e controlar os riscos inerentes da atividade. O PPRA implementado e sugerido neste estudo será apresentado com mais detalhes à frente, e encontra-se neste documento como Anexo 1.

#### **4.4.6 NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.**

Esta NR trata da exposição do trabalhador em condições insalubres formadas por agentes físicos, químicos e biológicos e seus limites de tolerância e controles. Tais agentes variam de acordo com cada local onde os serviços estão prestados, variando o tipo e intensidade em cada um destes locais. Dentre eles, destacam-se o ruído, que é ligado ao ambiente de trabalho, os agentes biológicos, e os produtos químicos, ligados ao tipo de atividade da empresa prestadora de serviços. Cabe destacar:

##### **4.4.6.1 Agentes Biológicos**

A presença de agentes biológicos se dá no contato com lixo e limpeza de sanitários. Em relação ao lixo doméstico não é caracterizada insalubridade no estudo de caso, uma vez que sua composição é considerada a do lixo doméstico em termos da nocividade a saúde humana (TST, 3ª T., RR 16.884/90.2m /ac, 4.133/91) A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo nesses locais não geram direito à percepção do adicional de insalubridade, nem mesmo em situações em que há laudo pericial indicando o caráter insalubre da atividade profissional. Somente no contato com lixo urbano seria possível a caracterização como insalubre, à luz da Portaria nº 3.214/78, NR-15, Anexo 14.

Também no trabalho de limpeza de vasos ou de recolhimento do lixo nos sanitários, inclusive o originado daqueles, não se confunde com o realizado junto a escoadouros de dejetos públicos, tais como galerias ou tanques de esgotos cloacais, expressamente referidos no Anexo nº 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78.

freqüência podem ser observados no quadro abaixo, reproduzido do estudo realizado por MAÇÃIRA, 2004, em que a população amostral é de 341 indivíduos:

AGENTES	FREQUÊNCIA			
	Diariamente	%	Esporadicamente	%
Desinfetante	257	75,4%	43	12,6%
Detergente	250	73,3%	35	10,3%
Água Sanitária	238	69,8%	55	16,1%
Multiuso	207	60,7%	53	15,5%
Sabão em pedra	153	44,9%	42	12,3%
Álcool	110	32,3%	49	14,4%
Lustra-móveis	90	26,4%	89	26,1%
Desodorizante	84	24,6%	35	10,3%
Sapólio	82	24,0%	50	14,7%
Sabão em pó	73	21,4%	35	10,3%
Ácido	36	10,6%	25	7,3%
Ceras	33	9,7%	111	32,6%
Desengraxante	21	6,2%	14	4,1%
Polidor de metais	19	5,6%	68	19,9%
Detergente amoniacal	17	5,0%	16	4,7%
Solvente/Removedor	15	4,4%	90	26,4%

FONTE: MAÇÃIRA, Fátima. Morbidade Respiratória em Trabalhos de Limpeza Interna da Região de São Paulo. 2004.

**Tabela 7 – Frequência e uso de produtos de limpeza**

Ainda segundo o estudo supracitado, produtos como hipoclorito, amônia e ácidos diversos são os que têm maior grau de toxicidade, e deve ser elaborado um acompanhamento mais próximo. É importante salientar também, que tais produtos são largamente utilizados em atividades domésticas, principalmente por mulheres.

Contrariando os estudos, até o presente momento não foi observado nenhum tipo de sintoma ou afastamento causado por doenças ocupacionais respiratórias no quadro de funcionários da empresa em questão, nem mesmo qualquer tipo de reclamatória trabalhista. Uma averiguação mais aprofundada da questão é necessária para conhecer a causa de tal constatação. Apenas casos de dermatite de contato foram constatados.

I. Elaboração de um novo modelo de PPRA, a fim de diminuir o volume de documentação, facilitar a elaboração consulta e a execução do PCMSO, de forma a colaborar na identificação de perigos, avaliação dos riscos e controle dos mesmos. Além disso, o novo modelo deve contemplar a nova requisição legal da elaboração do PPP. (Perfil Profissiográfico Previdenciário) O novo modelo é estruturado da seguinte forma:

a) Documento único para a empresa contratada, com um corpo inicial único, assinado pelas partes interessadas, como descrito ao final deste estudo como Anexo 1, contendo cada um dos itens:

▪ Dados da empresa contratada:

- NOME;
- CNPJ;
- CNAE;
- ENDEREÇO;
- GRAU DE RISCO;
- CNAE;
- Objetivos;
- Responsabilidade
- Métodos de antecipação e reconhecimento de Riscos;
- Metas de Avaliação e Controle;
- Atividades Interdependentes;
- Determinação de Prioridades;
- Cronograma de Ações;
- Registro e Divulgação de Dados;

II. Anexos para cada empresa contratante, representada por um número, e em sub-anexos representados por uma letra, se necessário;

III. Cada Anexo do PPRA representa um contratante (Anexo 12). Em cada um destes anexos, deve constar índice com as seguintes informações da contratante:

a) Dados da empresa contratante:

- NOME;

IV. Realizar treinamento específico para os líderes, com a presença dos supervisores dos setores. Tal ação tem por objetivo aproveitar que o líder é o superior imediato mais presente no setor de trabalho dos colaboradores, e é a figura que pode ser mais eficiente na prevenção de acidentes, mitigação de desvios de função, e na orientação dos colaboradores. A intenção desta capacitação é contornar a dificuldade logística, consequência da dispersão dos funcionários da empresa prestadora de serviços. Para tal capacitação, foram definidas as seguintes sub-prioridades:

- a) Estruturação de um Cronograma para tais treinamentos, seguindo a divisão geográfica dos setores;
- b) Identificação de produtos químicos;
- c) Elaboração das Normas Básicas de Segurança (Anexo 4), englobando os seguintes temas:
  - Procedimentos operacionais;
  - Cuidados com EPI's;
  - Mistura de produtos químicos;
  - Comportamento Seguro;
- d) Elaboração de Cartilha de prevenção de LER/DORT's; (Anexo 5);
- e) Elaboração de Etiquetas para Equipamentos Defeituosos; (Anexo 6);
- f) Elaboração de Cartilha de prevenção de dermatites (Anexo 7);
- g) Elaboração de Relatos de Perigo, para preenchimento de qualquer colaborador na observação de condição perigosa (Anexo 8);
- h) Elaboração de documentação para avaliar o treinamento;
- i) Elaboração de material específico para uso dos seguintes EPI's:
  - Luvas;
  - Calçados;
  - Protetores Auriculares;
  - Máscaras de diluição;
  - Óculos de Segurança.

- XIII. Reunir C.A. de todos os Equipamentos de Proteção utilizados na empresa;
- XIV. Implantação de luvas de material e cores diferenciadas, para minimizar os casos de dermatite, segregar tipos de uso e evitar qualquer tipo de contaminação por agentes biológicos.

#### **4.5.5 Procedimentos Operacionais**

Foram estabelecidos como responsáveis por esta etapa o Diretor Operacional, o Engenheiro de Segurança, o Médico do Trabalho com a participação de líderes e encarregados. As tarefas previstas para atingir o objetivo são:

- XV. Início da constituição de um POP – Procedimento Operacional Padrão – para todos os tipos de atividades, através de uma Ficha de Processo (Anexo 11), de forma que tal procedimento padrão englobe os aspectos operacionais, de Segurança e de Medicina do Trabalho;
- XVI. Desenvolvimento de procedimento para limpeza de mesas, a fim de minimizar os casos de LER/DORT's;
- XVII. Estabelecer procedimento para Investigação de Acidentes, estendendo para casos de Doença;
- XVIII. Publicação do Cronograma de Ações em local apropriado da contratante, para consulta dos colaboradores (Anexo 3);
- XIX. Reunir fichas químicas, junto aos fornecedores, de todos os produtos químicos utilizados em todas as atividades.

O cronograma das ações das 19 ações de controle supracitadas encontra-se no final deste estudo, sob o Anexo 14.

#### **4.6 Sensibilizando a administração**

A percepção dos benefícios da prevenção depende, em grande parte, da introdução de informações adequadas na equação de custo/benefício praticada pela empresa. O processo educativo, quando associado à lógica econômica, é mais importante do que o processo punitivo.

planejamento. Desta forma, o conteúdo programático dos treinamentos de Segurança e Medicina do trabalho, foram somados aos treinamentos comportamentais, que abrangem:

- Relacionamentos humanos;
- Comportamento em equipe;
- Cultivação de líderes;
- Capacitação do responsável pelo monitoramento de qualidade da empresa a fim de possibilitar que este também avalie em suas visitas o nível de comprometimento com a Segurança no Trabalho;
- Inserção do critério “Segurança no Trabalho” junto aos critérios normalmente avaliados como critérios de Qualidade:
  - o Produtividade;
  - o Comportamento e Relacionamento;
  - o Apresentação;
  - o Assiduidade e absenteísmo;
  - o Segurança no trabalho.

#### **4.8 Documentação**

A importância da adequação da documentação no caso de contratadas, deriva da necessidade de apresentar tais documentos aos contratantes periodicamente, pois estes são periodicamente fiscalizados pelos órgãos competentes. Isto significa que toda vez que é realizada uma fiscalização por parte do poder público em qualquer uma das contratadas, a empresa prestadora é indiretamente fiscalizada, sob a justificativa da responsabilidade solidária e subsidiária.

##### **4.8.1 Registro do Sesmt**

De acordo com a NR-4, o SESMT deve ser registrado no Órgão Regional do Ministério do Trabalho. O registro do SESMT foi atualizado, de acordo com o aumento do número de funcionários. O documento com o deferimento é conservado

- A primeira cópia vai para a empresa responsável pela elaboração do PCMSO;
- A segunda cópia vai para a contratante, juntamente com o PCMSO quando este estiver elaborado e auditado pelo médico do trabalho, e realizadas as correções identificadas por este;
- A terceira cópia fica arquivada na administração, pelo período de pelo menos 20 anos, que é o período mínimo para conservação do documento;
- A quarta cópia é utilizada para a comunicação e informação geral dos colaboradores, representantes da CIPA, supervisores e qualquer parte interessada e responsável pela efetiva concretização das ações recomendadas no documento. A orientação do SESMT é que seja anotada qualquer observação ou correção pertinente no documento, para uma posterior atualização.

#### **4.8.4 LTCAT**

O LTCAT classifica as atividades com relação a Insalubridade, Periculosidade e Aposentadoria Especial, tendo como finalidade atender as Instruções Normativas do INSS e as NRs 15 e 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

O LTCAT utilizado está presente neste estudo sob o Anexo 2. De acordo com a estratégia elaborada pela empresa, ele é parte integrante do PPRA, de forma que é utilizado para compor este documento e servir de base para a elaboração de outras documentações quando necessário, como por exemplo o PPP.

#### **4.8.5 PPP**

O PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário – é o documento histórico-laboral, individual do trabalhador que presta serviço à empresa, destinado a prestar informações ao INSS relativas a efetiva exposição a agentes nocivos que, entre outras informações, registra dados administrativos, atividades desenvolvidas, registros ambientais com base no Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e resultados de monitoração biológica com base no PCMSO (NR-7) e PPRA (NR-9). A elaboração do PPP é obrigatória para todos os

#### 4.8.7 ASO

É o atestado que define se o funcionário está apto ou inapto para a realização de suas funções dentro da empresa. Tal exame também é realizado pela empresa especializada contratada pela prestadora, que elabora também o PCMSO.

Para cada exame realizado, o médico emite em três vias o ASO. A primeira via fica arquivada no local de trabalho à disposição da fiscalização do trabalho. A segunda via será obrigatoriamente entregue ao trabalhador mediante recibo na primeira via. A terceira via fica na ficha funcional do colaborador, na administração.

Este documento é de extrema importância, e contém a identificação completa do trabalhador, o número de identidade, a função exercida, os riscos que existem na execução de suas tarefas, procedimentos médicos a que foi submetido, ou seja, informações completas sobre a saúde do funcionário deixando o mesmo e a empresa cientes de sua atual condição.

#### 4.8.8 FISPQ

A FISPQ - Ficha de Informações de Segurança do Produto Químico – é de extrema importância para o controle de riscos, e implementação correta de medidas preventivas.

Foi solicitado a todos os fornecedores de produtos químicos da empresa que enviassem a FISPQ ou qualquer outro documento com especificações para o conhecimento das propriedades do produto. De forma geral, os produtos utilizados na empresa não são produtos considerados agressivos ou agentes de risco, pois são na maior parte das vezes produtos de limpeza comuns, utilizados na limpeza doméstica. No entanto, existem alguns produtos utilizados com menos frequência, considerados mais perigosos, como hipoclorito de sódio, ácido clorídrico diluído, ácido muriático diluído e solventes.

A data para o fornecimento de tal documentação foi estipulada no cronograma da empresa, porém posterior à entrega deste estudo, o que nos impossibilita neste momento dissertar a respeito de possíveis resultados.

- o Compete a área de compras:
    - a) Receber novos EPI's repassando-os ao SESMT para testes;
    - b) Cotar somente EPI's pré – aprovados e/ou indicados pelo SESMT;
    - c) Acompanhar a evolução de custos de E.P.Is.
  - o Compete aos empregados:
    - a) Receber os EPI's que a empresa fornece utilizando-os de forma correta;
    - b) Utilizar somente EPI's fornecidos pela empresa;
    - c) Zelar por sua guarda e conservação;
    - d) Solicitar sua substituição, quando necessário, devolvendo o antigo;
    - e) Utilizar o EPI exclusivamente na empresa.
  - o Compete a supervisão:
    - a) Emitir requisição de EPI e uniformes, em formulário apropriado, preenchendo os campos corretamente observando a real necessidade da troca quando necessária,
    - b) Autorizar a entrega quando o funcionário não tem o E.P.I. anterior por algum motivo;
    - c) Monitorar o uso dos EPI's de seus subordinados;
    - d) Entregar novos EPI's mediante a devolução do antigo (quando for o caso), sendo que a não devolução implicará em cobrança pelo custo de reposição, preenchendo a autorização de desconto, para assinatura do funcionário, enviando à administração de pessoal;
    - e) Conferir a mercadoria para entrega por ter unidade e responsabilização por essa retirada.
- Registros: Toda entrega de EPI será efetuada pela supervisão de cada unidade, e ser registrada na ficha de entrega de EPI, com a devida assinatura do funcionário.
- Responsabilidade: É responsabilidade da supervisão de cada área, assessorada pela segurança do trabalho, o monitoramento do uso do Equipamento de Proteção Individual.

- Ficha de Monitoramento de Qualidade;
- Check List de E.P.I.'s;
- Ficha de Controle do fornecimento de E.P. I's;
- Cronograma das atividades;

A monitoração pró-ativa é utilizada para verificar a conformidade das atividades da SST da organização. O controle de riscos (avaliação e implementação) foi estabelecido como prioritário na monitoração e realizado através da observação do acompanhamento do cumprimento dos objetivos, da legislação e, sobretudo das medidas de controle de riscos. Pretende-se antecipar as potenciais ocorrências indesejáveis e providenciar para que todos os controles sejam corrigidos e mantidos.

A revisão e avaliação da gestão é realizada mensalmente, com a presença de todos os integrantes do SESMT, Diretor Operacional, Diretor de Recursos Humanos e do Monitor de Qualidade. O intuito de tais reuniões é avaliar se as medidas tomadas são suficientes para a prevenção de acidentes e para elaborar novas estratégias que se mostrem necessárias de serem implementadas para cooperar e completar o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho. Entende-se que o monitoramento contínuo, realizado pela equipe do SESMT com a cooperação do monitor de qualidade, nos assegurará que o sistema está em prática e continua satisfazendo os presentes requisitos.

É fundamental a sensibilização dos líderes dos setores, pois estes são os maiores responsáveis pelo sucesso da gestão, visto que ficam diariamente no local de trabalho e tem como função a orientação de todos os colaboradores sob seu comando.

## **5. CONCLUSÃO**

É importante lembrar antes da conclusão que, boa parte do conteúdo deste trabalho está ainda em fase de implementação, mas que uma análise para avaliar, de forma apropriada, o alcance dos objetivos, da eficácia do controle de riscos, da eficácia dos programas de conscientização, formação e comunicação, está prevista após a conclusão de todas as etapas, no mês de janeiro de 2006.

Os riscos ergonômicos são conseqüência da carga de trabalho elevada, realizada principalmente por mulheres. Normalmente, existe nestes casos acúmulo de carga de trabalho devido à realização de trabalho doméstico, naturalmente similar às atividades desempenhadas durante a jornada de trabalho.

Quanto aos riscos biológicos, são controlados apenas por E.P.I's e com formas de padronização de atividades. Nem o recolhimento de lixo, nem na limpeza dos sanitários, está previsto pagamento de insalubridade, pela diferenciação da natureza do lixo doméstico em relação ao lixo urbano, e pela diferenciação dos agentes presentes nos sanitários em relação às galerias e escoadouros de esgoto.

As ações de controle, que estão sendo realizadas conforme Anexo 14 deste estudo, ainda não foram totalmente implementadas e mesmo as que já estão em funcionamento, são demasiadamente precoces para que seja feita uma avaliação qualitativa dos resultados. Mesmo assim, algumas considerações podem ser feitas.

Uma etapa já concluída é a da reestruturação do PPRA, realizada conforme os Anexos I, II e III deste estudo. Tal reestruturação foi de fundamental importância, uma vez que facilitou sua elaboração e eliminou boa parte da atividade burocrática, que tinha o exclusivo objetivo de atender requisitos legais até então. O novo modelo engloba o LTCAT e está perfeitamente adaptado para servir de base de preenchimento da nova requisição legal, o PPP. Percebeu-se o ganho em agilidade, sem comprometimento da eficácia, com que se pode não apenas realizar e revisar o documento, mas também acompanhar as atividades propostas e consultar informações. Pequenas alterações foram feitas em relação ao modelo apresentado, principalmente para facilitar a consulta por parte da empresa que elabora o PCMSO. Neste sentido, quadros resumindo os agentes de risco presentes em cada setor, estão sendo anexados como demonstrado no Anexo 14.

O início da compilação de um Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP), composto por procedimentos de cada uma das tarefas realizadas por seus funcionários (Anexo 11), é a tarefa mais trabalhosa, e está atualmente em desenvolvimento, programado para elaboração em setembro, e considerado de fundamental importância para padronizar, dentro do possível, as atividades. Espera-se que tal Manual seja de fundamental importância no controle da exposição aos riscos identificados, sejam os químicos, quanto os ergonômicos e biológicos. Foi

outros profissionais com a mesma função que a sua, que porém trabalham em outro setor. Até então, nenhum encontro havia sido programado de forma a possibilitar a apresentação.

A etapa de capacitação dos recém admitidos pela empresa, já gera bons frutos. Em alguns casos, os recém admitidos eram enviados para setores onde ainda não havia sido realizada nenhuma etapa de treinamento. Nestes casos, estes indivíduos se tornaram verdadeiros agentes multiplicadores de informação. Quando era realizado o treinamento no local, os funcionários já conheciam boa parte do conteúdo do treinamento, e poucos desvios eram observados.

O controle de entrega de EPI's, não supriu totalmente as expectativas. Ainda existe uma dificuldade logística de preenchimento, auditoria e guarda desta documentação. O documento é fornecido ao supervisor juntamente com os EPI's, que entrega ao responsável do setor (líder ou encarregado). O líder distribui os equipamentos e recolhe as assinaturas, confirmando o recebimento. Cada funcionário, portanto, têm o seu respectivo controle. Porém, este controle fica no setor de trabalho, e desta forma, não pode ser conferido imediatamente. Além disso, permanece no setor, ficando sujeito a perdas, extravios, danos além do preenchimento incorreto sem conferência, e dificultando sua apresentação no caso de uma fiscalização. Uma solução deste problema está sob estudo.

As CIPA's foram estabelecidas, somando um total de cinco. Os procedimentos foram realizados de forma correta atendendo a NR-5. Porém, não há em nenhuma delas, uma comunicação com a CIPA do tomador de serviços. A ação da prestadora é limitada neste caso, pois nem sempre existe um comprometimento por parte empresa, ou até mesmo da CIPA da tomadora.

Outra observação é de cunho comercial. Em algumas empresas, o setor responsável pela contratação de serviços de conservação e limpeza, é justamente o Setor de Segurança do Trabalho. As implementações sugeridas neste estudo estão servindo também como argumento comercial nestes casos, e em caso de uma parceria, gera uma cooperação maior por parte do tomador, visto que já conhece a filosofia da Segurança do Trabalho da prestadora.

Além da equipe naturalmente envolvida na organização para a realização deste programa, cabe descrever a importância do monitor de qualidade. A Monitora

organização, juntamente com a Gestão de Segurança e Saúde, de forma a reestruturar a imagem da empresa como uma organização que cuida de forma efetiva e documentada de seu maior patrimônio, que são seus empregados.

## 7. CONSULTA BIBLIOGRÁFICA

1. TORLONI, M., VIEIRA, A.V. **Manual de proteção respiratória**. São Paulo: 2003. 518 p.
2. LAPA, R.P. **Investigação e análise de acidentes do trabalho (Apostila)**. Curso Engenharia de Segurança do Trabalho, PECE, EPUSP, 2004.
3. SZNELWAR, L.I. **Higiene ocupacional e ergonomia**. Curso Engenharia de Segurança do Trabalho, PECE, EPUSP, 2004.
4. GOES, M.L.S. **Psicologia na engenharia de segurança do trabalho, comunicação e treinamento (Apostila)**. Curso Engenharia de Segurança do Trabalho, PECE, EPUSP, 2004.
5. CARRION, V. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. Editora Saraiva, 24ª edição.
6. **Legislação de segurança e medicina no trabalho**. Manual prático. FIESP/CIESP, janeiro/2003.
7. ROCHA, L.E. **Lesões por esforços repetitivos/ distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Apostila)**. Curso Engenharia de Segurança do Trabalho, PECE, EPUSP, 2004.
8. ALI, S.A. **Dermatoses ocupacionais (Apostila)**. Curso Engenharia de Segurança do Trabalho, PECE, EPUSP, 2004.
9. PANDAGGIS, L.R. **Legislação e normas técnicas (Apostila)**. Curso Engenharia de Segurança do Trabalho, PECE, EPUSP, 2002.
10. **Legislação de segurança e medicina no trabalho**. Normas Regulamentadoras. Editora Atlas, 52ª edição. São Paulo 2003. 715p.
11. <http://www.osha.com> OHSAS 18001- Occupational Health and Safety Assessment Series. Disponível em: <http://www.ohsas-18100-occupational-health-and-safety.com/>. Acesso em: 1 mar. 2005.
12. **Linhas de Orientação para Interpretação da Norma OHSAS 18001/ NP4397**. Disponível em: [http://www.apecer.pt/downloads/APECER\\_OHSAS.PDF](http://www.apecer.pt/downloads/APECER_OHSAS.PDF) . Acesso em: 1 mar. 2005.
13. [http://fundacento.gov.br/CTN/forum\\_maos\\_ler\\_dort.asp?D=CTN](http://fundacento.gov.br/CTN/forum_maos_ler_dort.asp?D=CTN). Acesso em: 7 mar. 2005.

- Apresentar e discutir o documento do PPRA e suas alterações e complementações na CIPA, sendo sua cópia anexada ao livro de ata desta comissão;
- Deixar disponível o documento – base e suas alterações e complementações na CIPA, sendo sua cópia anexada ao livro de ata desta comissão;
- Deixar disponível o documento – base e suas alterações e complementações de modo a propiciar o imediato acesso das autoridades competentes;
- Indicar claramente no cronograma, previsto na estrutura do programa, os prazos para o desenvolvimento e cumprimentos das metas do PPRA;
- Dar ciência aos trabalhadores, de maneira apropriada e suficiente, sobre os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho e sobre os meios disponíveis para prevenir ou limitar tais riscos e para garantir a proteção dos trabalhadores;
- Caso ocorram riscos ambientais que coloquem em situação de risco grave ou iminente um ou mais trabalhadores, garantir que estes possam interromper as suas atividades, comunicando de imediato, o fato para o superior hierárquico direto para as devidas providências.

Cabe aos trabalhadores:

- Colaborar e participar na implantação e execução do PPRA;
- Acatar e atender as orientações recebidas nos treinamentos recomendados pelo PPRA;
- Informar à Chefia imediata todas as ocorrências que a seu julgamento possam implicar riscos à saúde dos trabalhadores.

#### IV – ANTECIPAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS RISCOS

a) Clientes/Equipamentos/Instalações/Serviços

4 –Exposição à umidade e agentes biológicos na lavagem de instalações e sanitários respectivamente;

5 – Agentes químicos para aqueles que constam no Anexo 11, da NR 15, serão feitas coletas por amostragem com o uso de monitor passivo ou bomba de aspersão, por função, e com mesmo critério para os agentes químicos constantes no Anexo 13 da NR 15 com o uso do tubo colorimétrico;

6 –Descrição da função;

7 –Relação dos Equipamentos de Proteção Coletivos (E.P.C.'s)

8 –Relação dos Equipamentos de Proteção Individuais (E.P.I's.) recomendados por posto de trabalho ou por função;

9 –Análise dos Riscos Ergonômicos;

10– Existência de Ventilação;

11–Apresentação de recomendações e sugestões;

12–Definição de metas e de cronograma de realização com revisão anual em cada mês de aniversário dos levantamentos de campo.

#### b) Métodos de Avaliação

##### 1 – Nível de Ruído – Medidor de Leitura Instantânea

O risco fundamental gerado pela exposição a altos níveis de ruído é a perda gradativa da audição, podendo causar também “stress”, irritabilidade, perda de concentração e outros.

Quatro fatores são importantes na análise do nível de ruído:

- o Nível de pressão sonora;
- o Tipo de ruído;
- o Tempo de exposição;
- o Idade.

O objeto de avaliação do ruído, além da análise da exposição, visa aprimorar os métodos de controle de risco.

Devem ser observados os seguintes cuidados:

- o Verificadas as baterias do instrumento;
- o Calibrado conforme manual (critério de exposição de 85 dB por 8h/dia, fator duplicativo de dose 5dB, limite mínimo inferior de leitura 80 dB, nível máximo de exposição 115dB, critério de ponderação e faixa de leituras);
- o Microfone colocado junto à zona auditiva, a uma distância de aproximadamente 150 mm do ouvido. O dosímetro foi colocado na cintura do funcionário;
- o A amostragem foi reduzida, quando necessário, sendo extrapolada para oito horas diárias, conforme a fórmula:

Dose (total) = (duração da jornada x dose da amostragem)/duração da amostragem)

Equipamentos utilizados:

Dosímetro integrador de nível de ruído Instrutherm DOS – 450

Calibrador Instrutherm CAL 1000 – 1000Hz 94 / 114dB

### 3) Nível de iluminância

A boa iluminação dos ambientes de trabalho, além de colaborar na prevenção de acidentes, previne a fadiga, melhora a qualidade dos produtos e aumenta a produtividade.

Os locais de trabalho não devem ter níveis de iluminância baixos, nem, contudo, devem ser em excesso. Características como a matéria-prima utilizada e as diversas fases de produção devem ser consideradas, principalmente pela reflexão da luz incidente.

Os cuidados observados na coleta de dados em campo foram:

Os valores foram obtidos em períodos regulares de 30 minutos, após período de estabilização. Os valores apresentados são médias de IBUTG e considerados dentro do desvio padrão.

Equipamentos utilizados:

- Termômetro Incoterm – 0,1 °C;
- Termômetro Incoterm - 0,2 °C;
- Frasco de Erlenmeyer de 125 ml – Pirex;
- Globo de cobre 6" pintado em negro;
- Tripé de sustentação;
- Água destilada;
- Cadarço de algodão.

Os postos de trabalho foram escolhidos de forma a serem os mais desfavoráveis, principalmente pela presença de fontes de calor nas proximidades.

#### 5) Agentes Químicos

A principal via de ingresso de substâncias tóxicas no organismo é através da inalação, devido à área de superfície dos alvéolos pulmonares, que podem passar ao sangue e, posteriormente, se distribuir para outras regiões do organismo.

Outro caminho de entrada é a absorção através do contato com a pele. Utilizar-se-á , para a avaliação da exposição aos agentes químicos, amostragens instantâneas, utilizando tubos colorimétricos. Os postos de trabalho onde forem realizadas as amostragens deverão estar em condições normais de trabalho e estas serem coletadas nas zonas de respiração do funcionário, em posição intermediária entre o contaminante e o funcionário. Os instrumentos a serem utilizados:

- Multi Gás detector mod.31 Volume 100 cm<sup>3</sup>, fabricante Drager
- Tubos colorimétricos Drager, graduados conforme indicação nos corpos dos tubos em ppm.

Desenvolver a comunicação na empresa, visando que as informações cheguem rapidamente aos funcionários sem distorções, sem gerar boatos e mal-estares, criando reuniões relâmpagos dos empregados com a supervisão imediata (reunião de 5 minutos).

## VII – DETERMINAÇÃO DAS PRIORIDADES

Dentro dos riscos existentes em cada área, supervisores e os encarregados de cada unidade e os funcionários definirão quais as prioridades da área e quais os projetos a serem implantados, analisando disponibilidade de recursos e de tempo para colocação em prática, objetivando a melhoria contínua das condições de trabalho da área sob sua responsabilidade. Os clientes também poderão participar da determinação das prioridades e dos prazos para implementação das melhorias.

A atuação do Setor de Segurança do Trabalho será de assessoria às áreas onde existam os riscos, responsabilizando-se pelos levantamentos e monitoramentos a serem realizados.

## VIII – CRONOGRAMA DE AÇÕES A SEREM REALIZADAS

Com base no reconhecimento dos riscos ambientais existentes, um documento deverá ser preparado com a identificação dos riscos, localização das possíveis fontes geradoras, identificação do número de trabalhadores expostos, descrição das medidas de controle já existentes, medidas propostas, responsável e prazo de atendimento.

Nos meses de aniversário, ou se necessário a qualquer tempo, efetuar-se-á acompanhamento do P.P.R.A. registrando em relatório apropriado.

## IX – REGISTRO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

## ANEXO II - PLANILHA DE CAMPO/LTCAT

Sector:		Data:	
CNPJ:		Horário:	
Endereço:		CNAE:	
Função:		GFIP:	
Cargo:		CBO:	

**Descrição do Local:**

**Descrição das atividades:**

**Duração do Serviço:**

## I - Agentes Químicos:

Agente Químico	Enquadramento				Tempo de exposição	Monitoramento	
	( ) Anexo 11	( ) Anexo 13	( ) Nenhum	( ) Anexo 13		( ) Sim	( ) Não
	( ) Anexo 11	( ) Anexo 13	( ) Nenhum	( ) Anexo 13		( ) Sim	( ) Não
	( ) Anexo 11	( ) Anexo 13	( ) Nenhum	( ) Anexo 13		( ) Sim	( ) Não
	( ) Anexo 11	( ) Anexo 13	( ) Nenhum	( ) Anexo 13		( ) Sim	( ) Não
	( ) Anexo 11	( ) Anexo 13	( ) Nenhum	( ) Anexo 13		( ) Sim	( ) Não

## II - Agentes Físicos

Ruído:	dBA	( ) recomendado dosimetria	Resultado	dBA
iluminância:	lux	( ) a tarefa necessita de acuidade visual		
Conforto Térmico:	( ) fonte de calor a menos de 2 metros	IBUTG:		°C
	( ) exposição solar	IBUTG:		°C
Umidade:	( ) exposição	U.R.		%
Outros:	( )			



#### ANEXO IV - NORMAS BÁSICAS DE SEGURANÇA

1. Cuide bem do seu uniforme. Ele não deverá ser alterado, podendo somente ser acertado quanto ao ajuste de medidas;
2. uso de correntes, brincos, pulseiras, relógios e anéis deve ser compatível com o risco da área de trabalho do cliente;
3. Os E.P.I.s não poderão ser alterados na sua forma de ser, ou seja, não poderão ser cortados ou ter componentes retirados. Quando não mais estiver em condição de uso, a supervisão deverá ser procurada para devolução do usado e retirada do novo;
4. Os equipamentos de proteção individual (E.P.I.s) deverão ser utilizados conforme sinalização de obrigatoriedade do cliente ou por orientação da supervisão;
5. Utilize os E.P.I.s nas seguintes tarefas ou situação:
6. Ruído ou barulho - Protetor auditivo (Auricular ou concha)
7. Lavação de áreas abertas ou fechadas - Bota de borracha
8. Lavação de banheiros e sanitários - Luva látex ou de PVC, laranja
9. Contato com produtos de limpeza - Luva látex, PVC ou nitrílica, amarela
10. Remoção de lixo e/ou resíduos - Luva látex ou de PVC, verde
11. Não improvise ferramentas, equipamentos e ou escadas por pressa. Vá atrás do instrumento adequado;
12. Na limpeza de mesas, utilize sempre um pano seco após utilizar um pano úmido. Desta forma, não há necessidade de se torcer em excesso o pano para retirar a umidade e causa menos esforço nas articulações do pulso, dos dedos, do cotovelo e dos ombros.
13. Quando precisar carregar algum tipo de peso, como, por exemplo, sacos de lixo, procure dividir o peso entre seus braços. Assim, o peso ficará bem distribuído, evitando lesões e entorces desnecessários.
14. Em trabalhos que envolvam o contato direto com vidros ou com o uso de equipamentos ou ferramentas que, possam atingi-los e quebrá-los, programe a atividade de forma a não danificá-los;
15. Em trabalhos com altura superior a 2 m, é necessária autorização médica e utilize o cinto de segurança de forma obrigatória;

## ANEXO V - CARTILHA LER/DORT

### CARTILHA ORIENTATIVA SOBRE LER/DORT

#### O que é ler-dort

LER significa Lesão por Esforço Repetitivo e é reconhecida também com o nome de DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho ( definição do INSS ). A sigla foi criada para identificar um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões e membros superiores ( dedos, mãos, punhos, antebraço, braços e pescoço) e tem relação direta com as condições de trabalho. São inflamações provocadas por atividades do trabalho que exigem do trabalhador movimentos manuais repetitivos, continuados, rápidos e ou vigorosos, durante um longo período de tempo.

#### Seus tipos

A maioria dos trabalhadores não sabe, mas há várias outras doenças consideradas LER/DORT além da tenossinovite, que é a mais conhecida. Saiba quais são elas:

- **tenossinovite:** inflamação do tecido que reveste os tendões.
- **tendinite:** inflamação dos tendões.
- **epicondilite:** inflamação das estruturas do cotovelo.
- **bursite:** inflamação das bursas (pequenas bolsas que se situam entre os ossos e tendões das articulações do ombro).
- **miosites:** inflamação dos músculos.
- **síndrome do túnel do carpo:** compressão do nervo mediano na altura do punho.
- **síndrome cervicobraquial:** compressão dos nervos em coluna cervical.
- **síndrome do desfiladeiro torácico:** compressão do plexo (nervos e vasos) .
- **síndrome do ombro doloroso:** compressão de nervos e vasos em região do ombro.

## **Prevenção**

Algumas dicas para se prevenir da LER/DORT:

- Controle o ritmo de trabalho enquanto executa uma tarefa.
- Tente enriquecer a variedade em seu trabalho, realize rodízio de tarefas não permitindo a fragmentação do trabalho.
- Horas extras é tempo a mais de trabalho, e de esforço.
- Realize pequenas pausas durante a jornada de trabalho para que os músculos e tendões descansem, sem que por isso haja aumento do ritmo ou volume de trabalho.
- Adeque o posto de trabalho para evitar a adoção de posturas incorretas.
- Ajuste o mobiliário e as máquinas às suas características físicas individuais.
- Evite ambiente de trabalho com temperatura, ruído e iluminação inadequados, que propiciem desconforto ambiental.
- A Vigilância da saúde dos trabalhadores, com monitoramento contínuo e programas de prevenção voltadas prioritariamente para as doenças de maior prevalência, faz com que problemas possam ser detectados precocemente.
- A fiscalização através da CIPA quando aplicável, é de grande valor na prevenção.

## **Tratamento**

O afastamento do trabalho é a medida mais importante e obrigatória para o tratamento, pois significa afastar o trabalhador dos fatores de risco (esforços repetitivos, pressões, excesso no ritmo e na jornada).

Após o afastamento, vários recursos terapêuticos podem ser utilizados no tratamento das LER, entre eles: o uso de medicamentos – antiinflamatórios e analgésicos, fisioterapia, acupuntura, exercícios de relaxamento, etc.

A seguir, temos uma ilustração com alguns exercícios físicos que podem ser realizados com as mãos, para ajudar na prevenção da LER/DORT.

ANEXO VI - ETIQUETAS PARA EQUIPAMENTO DEFEITUOSO

○

**CUIDADO**

**NÃO LIGUE O  
EQUIPAMENTO  
NEM REMOVA  
ESTA  
ETIQUETA DE  
SEGURANÇA**

**SEGURANÇA DO  
TRABALHO**

○

**CUIDADO**

**NÃO LIGUE O  
EQUIPAMENTO  
NEM REMOVA  
ESTA  
ETIQUETA DE  
SEGURANÇA**

**SEGURANÇA DO  
TRABALHO**

○

**CUIDADO**

**NÃO LIGUE O  
EQUIPAMENTO  
NEM REMOVA  
ESTA  
ETIQUETA DE  
SEGURANÇA**

**SEGURANÇA DO  
TRABALHO**

## ANEXO VII - CARTILHA DERMATITE

### O que é dermatite

A dermatite de contato das mãos é caracterizada pela presença de lesões de pele que podem apresentar vermelhidão, inchaço, bolhas de água, secreção, crostas, rachaduras e descamação nas palmas ou sobre o dorso das mãos. Associa-se a dor e/ou coceira. É causada pelo contato direto com substâncias irritantes. Pode ter origem ocupacional (no trabalho) como pela simples manipulação de frutas, legumes, temperos, substâncias químicas e outros produtos presentes no dia-a-dia. É uma afecção freqüente e geralmente incapacitante, pois mantém a pessoa afastada de suas atividades habituais por algum tempo até que haja melhora. É importante enfatizar que a dermatite de contato não tem cura definitiva sendo fundamental afastar-se do agente causador. Esse tipo de alergia tem se tornado mais comum recentemente, devido ao grande número de produtos que contêm látex hoje em dia. O risco de desenvolver alergia ao látex parece ser maior em pessoas que estão constantemente em contato com luvas de látex. Existem duas categorias principais de pessoas com risco de desenvolver alergia ao látex:

- o Pessoas que são repetidamente expostas ao látex no trabalho (por ex: enfermeiras, dentistas, faxineiros, cozinheiros e profissionais de indústrias da borracha).
- o Pessoas que possuem alergias pré-existentes têm maior risco de desenvolver alergia ao látex.

Quando e onde eu fico exposto e como eu evito o contato?

Evitar o contato com látex pode ser difícil, já que os produtos que o possuem são utilizados diariamente. No trabalho e em casa o látex é encontrado em produtos derivados da borracha ou do látex.

**ANEXO VIII - RELATÓRIO DE PERIGO**

RELATÓRIO DE PERIGO		
( Vamos Trabalhar na Prevenção dos Acidentes )		
Preenchimento pelo Usuário		
<b>1. Unidade:</b>	<b>2. Setor:</b>	
<b>3. Hora da Ocorrência:</b>	<b>4. Data da Ocorrência:</b>	<b>5. Local do Evento:</b>
<b>6. Tarefa em Execução no Momento do Evento:</b>		
<b>7. Relato do Evento:</b>		
<b>Nome:</b>		



## ANEXO XI – FICHA DE PROCESSO

NOME E LOGO DA EMPRESA		POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO		FICHA DE PROCESSO	
				CÓDIGO:	
<b>1 – Processo/Tarefa:</b>					
<b>2 – Material necessário</b>		<b>3 – Produtos Químicos:</b>		<b>Diluição</b>	
		<b>4 – Equipamentos necessários:</b>			
<b>5 – Descrição do Processo</b>					
<b>Elaborado por:</b>					
<b>Setor:</b>					
<b>Encarregado:</b>					
<b>Supervisor:</b>					

## **ANEXO XII - DADOS DA EMPRESA CONTRATANTE**

(Segue exemplo, omitidos os dados da empresa)

### **1.1 DADOS DA EMPRESA / CLIENTE**

**CLIENTE:**

**CNPJ:**

**CNAE:**

### **1.2 ENDEREÇOS**

### **1.3 DESCRIÇÃO DO LOCAL**

Trata-se de uma indústria de alimentos, composta por uma área externa e outra coberta. A área coberta é formada por um grande galpão com aproximadamente 12 metros de altura onde existem os equipamentos de fabricação dos produtos alimentícios. Tais equipamentos encontram-se devidamente espaçados e adequadamente sinalizados permitindo o trânsito seguro de pedestres, dentro dos limites sinalizados com faixas amarelas no piso pintado em epóxi branco. Além disso, contém também sanitários, vestiários e refeitório. A área externa tem piso concretado para trânsito de veículos e mesmo padrão de sinalização para pedestres encontrado na área interna. Contém silos de armazenagem de farinha, armazenamento de água e grande área de jardins. Conta também com prédio de escritórios centralizado e salas administrativas espalhadas nas áreas de fábrica e manutenções.

### **1.4 DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES**

Descrição das funções existentes nas planilhas de campo – LTCAT

#### **1.4.1 Limpador Industrial/Auxiliar de Limpeza**

Realizar a varrição, tirar o pó e lavar os banheiros. Realizar a limpeza dos escritórios na parte interna e áreas comuns, incluindo a área descoberta. Realizar o reabastecimento dos devidos locais com materiais de higiene. Retirar e encaminhar o lixo para local apropriado. Existem 2 funcionários treinados e capacitados para inclusive operar a máquina lava-enzuga, utilizada na parte interna da fábrica.

### 1.5.2 Ruído

Nas atividades de limpeza realizadas no galpão de produção dos alimentos é indicada a utilização de protetor auricular como forma de prevenção à exposição prolongada ao ruído, mesmo que dentro dos níveis considerados normais.

Através da observação de campo, duas operações mostraram a necessidade de realização de dosimetrias para constatar o nível de pressão sonora a que os tais colaboradores estão expostos: limpeza nas instalações internas e lavagem de cestos.

Na operação de limpeza nas instalações internas, dois funcionários em turnos diferenciados permanecem mais tempo dentro do que fora da instalação, e, portanto estão também expostos ao ruído de forma não intermitente.

A operação de lavagem de cestos é realizada por dois funcionários simultaneamente, em forma de rodízio entre os três auxiliares de serviços. Um deles alimenta o equipamento de lavagem de cestos enquanto que o outro retira os cestos do equipamento, os deixando à disposição para uso. A exposição ao ruído neste caso é intermitente.

Cargo	Nome	Operação
Limpador Industrial	-----	Limpeza nas instalações internas
Limpador Industrial	-----	Lavagem de cestos

**Tabela 1**

Enfatiza-se que este levantamento não se aplica exclusivamente aos funcionários supracitados e que deve ser estendido a qualquer funcionário que venha a trabalhar nestes postos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Operação	Dose (%)	Leq (dBA)
Limpeza nas instalações internas	113,7	85,63
Lavagem de cestos	233,9	91,26

**Tabela 2**

As avaliações dos riscos ergonômicos estão estruturadas nos fatores que normalmente desencadeiam distúrbios osteomusculoesqueléticos, ou seja, postura da pessoa, frequência de movimentos e a carga ou força que envolve o movimento. Como as várias tarefas realizadas são diferentes entre si, se constituindo em revezamento e descanso para determinados músculos e tendões, e não recaem em alta frequência de movimentos, não observamos condições, dentro da normalidade de tarefas, que propiciem o aparecimento ou agravamento de lesões deste tipo.

Enfatiza-se a importância da orientação da forma adequada de torcer panos na operação de limpeza de mesas e do carregamento de sacos de lixo preferencialmente nas mãos direita e esquerda simultaneamente.

#### 1.5.5 Agentes Biológicos

Não há enquadramento nas atividades relacionadas na NR-15 Anexo 14. De qualquer forma enfatiza-se a importância do cuidado com a higiene pessoal que requer a utilização de luvas de látex íntegras na lavagem de banheiros, mictórios e vasos sanitários.

#### 1.5.6 Riscos de Acidentes

Os riscos de acidentes foram avaliados e considerados dentro da normalidade das tarefas, de conseqüências leves. Ressalta-se a diferenciação dos riscos nos trabalhos em jardinagem, que exigem a utilização de equipamentos especiais para a função, onde o treinamento e a atenção são importantes na prevenção de acidentes.

- o É vedada a utilização de panos ou sacos plásticos para proteção do uniforme;
- o É proibido carregar no uniforme: batons, escovinhas, cigarros, isqueiros, relógios e outros objetos;
- o Objetos para escrever e crachá devem ser carregados nos bolsos inferiores do uniforme.
- o Mascar chicletes ou manter na boca palitos de dentes, fósforos, doces ou similares durante a permanência na área de trabalho, não é permitido. Tampouco é permitido manter lápis, cigarros ou outros objetos atrás da orelha;
- o No caso de luvas para manuseio de alimentos, produtos de limpeza, etc., estas devem adequar-se ao tipo de trabalho a ser realizado. O uso de luvas não elimina a necessidade de lavar as mãos.
- o Anéis, aliança, piercing, brincos, colares, pulseiras, amuletos e outras jóias não são permitidas durante o trabalho.

O funcionário deve lavar as mãos sempre que:

- o Iniciar ou trocar de atividade;
- o Chegar ao trabalho;
- o Utilizar os sanitários;
- o Tossir, espirrar ou assoar o nariz;
- o Usar esfregões, panos ou materiais de limpeza;
- o Recolher lixo e outros resíduos;
- o Tocar em sacarias, caixas, garrafas e sapatos;
- o Tocar em alimentos não higienizados ou crus;
- o Pegar em dinheiro;
- o Houver interrupção do serviço.

#### 1.5.7.3 Armazenamento

- o Todo material de limpeza, higiene, perfumaria e material químico deve ser armazenado separadamente dos alimentos;

Desta forma não há caracterização de condição que enseje percepção de adicional de insalubridade conforme NR15 e de adicional de periculosidade conforme NR16.

Existe na convenção coletiva 2004/2005 do Sindicon – Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo e do SIEMACO – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo, que reza que o adicional será de 20% sobre o salário mínimo dos empregados que exerçam a função de jardineiro e de lavador de autos. Desta forma, por força de convenção coletiva, o jardineiro e os lavadores de autos percebem ao referido adicional.

Por liberalidade do cliente, e constando do contrato de prestação de serviços, 3 funcionários na função de auxiliar de serviços gerais, percebem adicional de insalubridade de grau médio, 20% do salário mínimo, mesmo estes colaboradores estando protegidos quanto ao possível agente de insalubridade, o ruído, enquanto estiverem usando o equipamento de proteção individual ( protetor auricular ), e este se mostrar eficiente.

Tomando por base os mesmos dados, não há caracterização de condição para aposentadoria especial por não enquadramento no Anexo IV do RBPS (Regulamento de Benefícios da Previdência Social), aprovado pelo Decreto nº 3048 de 1999 e modelo do formulário dada pelo Decreto nº-4079, de 2002, desde que os exames audiométricos ratifiquem a eficácia da utilização dos protetores auditivos.

